

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

Walquiria de Rezende Tofanelli Alves

“UM TRIBUTO À MEMÓRIA DE MEU  
PAI”: AS INTERPRETAÇÕES DE EMÍLIO  
JOAQUIM DA SILVA MAIA SOBRE A  
HISTÓRIA DO BRASIL A FIM DE  
RECUPERAR A MEMÓRIA DE SEU PAI  
JOAQUIM JOSÉ DA SILVA MAIA NO  
SÉCULO XIX

ALVES, Walquiria de Rezende Tofanelli  
“UM TRIBUTO À MEMÓRIA DE MEU PAI”: AS  
INTERPRETAÇÕES DE EMÍLIO JOAQUIM DA SILVA MAIA  
SOBRE A HISTÓRIA DO BRASIL A FIM DE RECUPERAR A  
MEMÓRIA DE SEU PAI JOAQUIM JOSÉ DA SILVA MAIA NO  
SÉCULO XIX

R. IHGB, Rio de Janeiro, a. 183(488): 151-180, jan./abr. 2022

Rio de Janeiro  
jan./abr. 2022

**“UM TRIBUTO À MEMÓRIA DE MEU PAI”: AS  
INTERPRETAÇÕES DE EMÍLIO JOAQUIM DA SILVA MAIA  
SOBRE A HISTÓRIA DO BRASIL A FIM DE RECUPERAR  
A MEMÓRIA DE SEU PAI JOAQUIM JOSÉ DA SILVA MAIA  
NO SÉCULO XIX**

**“A TRIBUTE TO MY FATHER’S MEMORY”: EMILIO JOAQUIM  
DA SILVA MAIA’S INTERPRETATIONS OF BRAZILIAN  
HISTORY AND THE REVIVAL OF HIS FATHER’S MEMORY,  
JOAQUIM JOSÉ DA SILVA MAIA, IN THE 19TH CENTURY**

WALQUIRIA DE REZENDE TOFANELLI ALVES<sup>1</sup>

**Resumo:**

A proposta neste artigo é analisar as interpretações de Emílio Joaquim da Silva Maia (1808-1859), médico, naturalista e um dos sócios fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sobre os principais acontecimentos que marcaram a história do Brasil e de Portugal. Sem ocultar suas intenções quanto ao pagamento de um tributo à memória de seu pai Joaquim José da Silva Maia (1776-1831), Emílio Maia não só editou e publicou os escritos póstumos dele na década de 1840 como se empenhou em registrar sua própria versão dos acontecimentos relativos à Independência do Brasil. Na década de 1850, Emílio Maia produziu um conjunto de escritos denominado Estudos históricos sobre Portugal e Brasil, com o objetivo de recuperar o legado deixado pelo pai que havia sido esquecido e suplantado pela memória e pela escrita da história que se cristalizou sobre a nação brasileira subsequente à separação. Neste artigo, pretendemos articular as atuações e as trajetórias do pai e do filho, considerando a dinâmica entre a lembrança e o esquecimento e seus desdobramentos políticos.

**Palavras-chave:** IHGB; Política; Memória; Historiografia.

**Abstract:**

*The article's aim is to analyse the interpretations of Emílio Joaquim da Silva Maia (1808-1859) that marked the history of Brazil and Portugal. He was a doctor and naturalist, and one of the founders of Brazilian Historical and Geographical Institute. He never concealed his intention of keeping his father's memory alive. In the 1840s, he not only edited and published his father's posthumous writings, but also endeavoured to write his own version about the events that led to Brazil's Independence. In the 1850s, Emilio Maia published a set of writings entitled Historical Studies on Portugal and Brazil in order to revive his father's legacy, which had been forgotten and supplanted by memory and the historical writings that prevailed in Brazil following the country's separation from Portugal. We examine the actions and trajectories of father and son in light of the dynamics between memory and oblivion and their political unfolding.*

**Keywords:** IHGB; politics; memory; historiography.

---

1 – Orcid <http://orcid.org/0000-0001-8017-5844>. Universidade de São Paulo (USP). Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História Social – Bolsista CAPES. E-mail: [walquiriatofanelli@gmail.com](mailto:walquiriatofanelli@gmail.com)

Nosso objetivo neste artigo é analisar as interpretações de Emílio Joaquim da Silva Maia (1808-1859) sobre a história de Portugal e do Brasil, enfatizando suas considerações sobre a década de 1820. Ao fornecer seus testemunhos e interpretações, o médico e sócio fundador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), por mais de uma vez, evidenciou seu interesse em revitalizar a memória e as atuações de seu pai, o negociante Joaquim José da Silva Maia (1776-1831).

Obstinado em seu propósito, Emílio Maia trouxe a público duas memórias históricas póstumas escritas por seu progenitor. Na primeira delas, publicada em 1841, foi tematizada a Revolução do Porto de 1820; o reinado de D. Miguel em Portugal e a situação drástica enfrentada pelos liberais exilados do regime miguelista. Dedicando a obra ao IHGB, Emílio Maia justificou aos leitores que foi “levado pela ideia de pagar um tributo à memória de meu Pai, publicando seu escrito [...] porque nisso mesmo quis dar uma prova de todo o meu respeito e amor filial<sup>2</sup>”.

Três anos mais tarde, em 1844, Emílio Maia publicou outra memória histórica escrita pelo pai, dessa vez, voltada à América Portuguesa. Nessa memória, o autor fez um balanço sobre os erros e acertos ao longo da História Portuguesa, destacando a época do “descobrimento” do Brasil; das Guerras de Restauração; dos Ministérios do Marquês de Pombal e de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, apontando os prejuízos causados pelo absolutismo que, segundo ele, foram sendo suprimidos pela Revolução do Porto de 1820<sup>3</sup>.

Além de editar tais obras, Emílio Maia produziu suas próprias reflexões sobre a história. Em 1852, apresentou em sessões do IHGB “perante Sua Majestade o Imperador” D. Pedro II um trabalho intitulado *História*

2 – MAIA, Joaquim José da Silva. *Memórias históricas, políticas e filosóficas da revolução do Porto de maio de 1828 e dos emigrados portugueses pela Espanha, Inglaterra, França e Bélgica*. Rio de Janeiro: Tipografia Laemmert, 1841.

3 – Ver: MAIA, Joaquim José da Silva. Memórias históricas e filosóficas sobre o Brasil. In: *Revista Minerva Brasiliense*, 1844, fls. 381-389 e ALVES, Walquiria de Rezende Tofanelli. Política e historiografia na Independência: a trajetória de Joaquim José da Silva Maia entre Brasil e Portugal, 1776-1831. In: *XXV Encontro Estadual de História da ANPUH – SP*, 2020, p. 1-17.

*da Revolução efetuada na Bahia no dia 10 de fevereiro de 1821*<sup>4</sup>. Pouco depois, por volta de 1855, produziu os *Estudos históricos sobre Portugal e Brasil*<sup>5</sup> que, na verdade, figurou como versão mais completa do trabalho anteriormente apresentado. Seu objetivo era o de retomar as “causas provocadas da agitação baiana, na qual meu Pai tomou parte mui ativa”<sup>6</sup>.

Todo o esforço empreendido por Emílio Maia para escrever a história se entrelaçou ao propósito matricial de alçar o pai a um lugar de reconhecimento no Segundo Reinado. Assim, desenvolveu interpretações que divergiram das narrativas “oficiais” nas décadas de 1840 e 1850, contrariando interesses políticos vigentes. Por esse motivo, além de ter fracassado quanto a restabelecer a memória de seu progenitor, seus estudos históricos foram eclipsados pela historiografia. Lúcia Maria Paschoal Guimarães observou essa dinâmica de poder dentro do próprio instituto no qual Emílio Maia participou. Para a autora, o projeto político dos intelectuais no IHGB, no momento de sua fundação, “só seria viável graças a uma militância intelectual homogênea, marcada pela fidelidade ao regime”. Ademais, ali se operava um “Tribunal da Posteridade” capaz de julgar – condenando ou absolvendo – personagens e narrativas ao longo da história<sup>7</sup>.

Lúcia Garcia, notando também essa dinâmica de poder entre lembrança e esquecimento, mencionou que Emílio Maia ao se esforçar para recuperar “os feitos de D. Afonso d’Albuquerque, a literatura de Francisco de Sá e Miranda ou a poesia camoniana” contrariou os objetivos da maior parte dos letrados que procuravam “exaltar as características tropicais brasileiras, tornar o elemento indígena um símbolo nacional, di-

4 – MAIA, Emílio Joaquim da Silva. História da Revolução efetuada na Bahia no 10 de fevereiro de 1821. 1852. Manuscrito. *Arquivo IHGB*, Lata 26, doc.11

5 – Lúcia Garcia identificou que o primeiro estudo dessa série produzida por Emílio Maia foi escrito em 1855. In: GARCIA, Lúcia. Emílio Joaquim da Silva Maia. Um intelectual no Império do Brasil. *R.IHGB*, Rio de Janeiro, a.168(437), p. 107, 2007.

6 – MAIA, Emílio Joaquim da Silva. Estudo primeiro. *Arquivo do IHGB*, DL. 345.1, fl. 14.

7 – GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. O “Tribunal da Posteridade”. In: PRADO, Maria Emília. *O Estado como vocação: ideias e práticas políticas no Brasil*. Rio de Janeiro. Editora Acess, 1999, p. 35.

fundir a poesia de Gonçalves Dias, a literatura de José de Alencar”, entre outros. Para a autora, ainda que Emílio Maia tivesse galgado lugares de destaque em instituições renomadas, “aos olhos da elite intelectual, ele se desviava desse esforço de criação de uma imagem oficial para o Brasil<sup>8</sup>”.

O próprio Emílio Maia, aliás, tinha consciência de que a narrativa que oferecia ao público continha elementos e temas ainda pouco abordados pelos historiadores de sua época. Chegou a prevenir seus leitores de que “alguns sucessos do Brasil são por nós pela primeira vez publicados; outros, por nós melhor esclarecidos, são mais razoavelmente interpretados do que aparecem nas publicações existentes”, porque muitas produções até ali realizadas apresentavam-se aquém dos acontecimentos e personagens que, para Emílio Maia, careciam de maior visibilidade<sup>9</sup>.

Todos os escritos de Emílio Maia que tematizaram a história do Brasil e de Portugal, foram projetados para cumprir seu propósito em relação ao pai. Assim, não é possível compreender seus argumentos políticos e suas estratégias discursivas, sem antes considerar aspectos da vida e das atuações de seu progenitor. Nossa hipótese é a de que essas obras de Emílio Maia foram condenadas no “Tribunal da Posteridade”, não só porque aludiram a eventos e interpretações que não interessavam aos seus contemporâneos, colidindo, muitas vezes, com a política para a “história oficial”, mas, além disso, o médico fez questão de associar seus objetivos à necessidade pessoal de pagar um tributo à memória de seu progenitor que, há muito, havia passado ao esquecimento por ter sido vencido nos confrontos políticos da década de 1820.

### **Joaquim José da Silva Maia e seus projetos políticos**

Nascido no Porto, em Portugal, em 1776, o pai de Emílio Maia, Joaquim Maia transferiu-se para o Recôncavo Baiano, na Vila de Cachoeira, em 1796, onde iniciou carreira no comércio. Segundo Maria Beatriz Nizza da Silva, ele se estabeleceu na capital Salvador por volta

8 – GARCIA, Lúcia. *Op. cit.*, 2007, p. 114.

9 – MAIA, Emílio Joaquim da Silva. Estudo primeiro. *Arquivo do IHGB*, DL. 345.1, fls.14-15.

de 1802, onde conectou-se a importantes agentes da política local, tornando-se também homem relevante na capitania. Redator do *Semanário Cívico*, um dos principais periódicos que circulou entre 1821 a 1823, o comerciante alcançou ainda o cargo de procurador do Senado da Câmara e o de capitão de ordenança<sup>10</sup>. Casou-se com D. Joaquina Rosa da Costa e teve com ela um menino chamado Emílio Maia. Consta que escolheu esse nome para o filho porque “versado em literatura francesa, com especialidade na leitura dos grandes enciclopedistas, outrora de grande voga” era também um “apaixonado em extremo dos escritos do eloquente Rousseau” autor de *Emílio ou Da Educação*<sup>11</sup>.

Joaquim Maia foi representante dos “praístas” em Salvador, grupo composto por comerciantes que mantinham estreitas ligações com Portugal<sup>12</sup>. Nas *Cartas Baianas*, aliás, há diversas referências a ele como integrante desse grupo. À semelhança de Maia, outros apoiaram Inácio Luís Madeira de Melo como governador das armas em detrimento de Manoel Pedro de Freitas Guimarães durante a guerra civil na Bahia, aderindo na luta à unidade do Império Português e à fidelidade às Cortes de Lisboa<sup>13</sup>.

Segundo Bento da França, estavam ligados a Silva Maia pelos mesmos propósitos políticos os participantes de um tal “clube da Água Branca” (*sic*)<sup>14</sup>, aludindo a um “clube” situado na região da “Água Brusca” onde funcionou a loja maçônica *Humanidade* da qual Joaquim Maia fazia parte como venerável<sup>15</sup>. Nas *Cartas Baianas*, Bento da França responsabilizou a “classe mercantil” e Maia pelas agitações vividas em Salvador. Acusou

10 – SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Semanário Cívico Bahia*, 1821-1823. Bahia: EDU-FBA, 2008, p.18.

11 – MAIA, Emílio Joaquim da Silva. Estudo décimo sétimo. *Arquivo do IHGB*, DL345.17, f. 4.

12 – *Ibid.*, p. 17.

13 – *Cartas Baianas*. 1821-1824. Subsídios para o estudo dos problemas da opção na Independência brasileira. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 2008, p. 115.

14 – *Ibid.*, p. 168.

15 – MAGALHÃES, Pablo Antonio Iglesias. A Cabala Maçônica do Brasil: o primeiro grande oriente brasileiro (BAHIA E PERNAMBUCO, 1802-1820). In: *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, n° 70, p. 108-109, 2017.

o comerciante, em julho de 1822, de atormentar os “brasileiros” que “não querem mais que a união com o Rio” de Janeiro e com a regência de D. Pedro<sup>16</sup>.

Exercendo a profissão de negociante, Joaquim Maia comercializou diversos produtos e insumos para o abastecimento de Salvador, tais como: carne-seca, farinha de trigo, couro, prata e vinho. Inserido no comércio de cabotagem e, portanto, atento à dinâmica do mercado interno que conectava as diferentes regiões, percorreu com regularidade os portos de Santos, Rio Grande de S. Pedro do Sul, Buenos Aires e Montevideu, sem deixar de se lançar aos Estados Unidos, à Europa e à África<sup>17</sup>.

Além do comércio de gêneros, Maia participou do tráfico de escravos. De maneira eloquente, sustentou posição favorável a esse comércio, vaticinando sobre a necessidade do Brasil em preservá-lo como condição para o progresso material. Nesse sentido, criticou a posição britânica no tocante às pressões para a abolição, apontando também os efeitos nocivos do Tratado de 1810 que estabeleceu as mesmas taxas alfandegárias a portugueses e ingleses nos principais portos do Reino do Brasil. Também se mostrou desafeto ao Tratado de Viena de 1815 que proibiu o tráfico de africanos ao norte da Equinocial.

Não obstante considerar erro diplomático a tratativa de 1810 e responsabilizar D. Rodrigo de Sousa Coutinho por isso, Joaquim Maia divulgou a ideia de que a nação portuguesa havia sido colonizada pelos britânicos via comércio<sup>18</sup>. Criticou a afluência de produtos estrangeiros nos principais portos abertos então localizados em Recife, Belém, Rio de

16 – *Cartas Baianas*. *Op. cit.*, 2008, p. 146.

17 – ALVES, Walquiria de Rezende Tofanelli. *Expectativas para a «nação portuguesa» no contexto da independência: o projeto de Joaquim José da Silva Maia (1821-1823)*. (231p.) Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas(SP), 2018, p. 72.

18 – Joaquim Maia apontou as atuações do ministério de Pombal como o exemplo a ser seguido no trato com os britânicos. A respeito das atuações de D. Rodrigo de Sousa Coutinho disse que ninguém deveria se iludir com palavras: “como aconteceu com o Ministro Coutinho” que no Tratado de 1810 se deixou ludibriar “com a palavra *reciprocidade* [e] nos arruinou”, posto admitir uma concorrência injusta entre produtos ingleses e portugueses nos portos da América Portuguesa. *Imparcial*, 18 de novembro de 1826, nº 39, f. 3.

Janeiro, Salvador e São Luís, apontando para a concorrência desleal que grassou entre portugueses e ingleses por esse mercado<sup>19</sup>.

Empenhado em reverter a situação econômica desfavorável, Maia engajou-se para mudar a forma de governo adotada pelo Estado depois que as notícias da Revolução do Porto de 1820 chegaram ao Reino do Brasil. Em sua visão a revolução seria capaz de regenerar a nação portuguesa, pois ao contrário do “despotismo [que] faz escravos” levando os súditos a apoiarem os governantes por “medo do castigo”, o governo “sábio e liberal faz cidadãos que defendem seus direitos e propriedades [...] porque os seus interesses estão identificados com o interesse de seus chefes<sup>20</sup>”.

Com essas expectativas, Joaquim Maia participou ativamente do movimento do dia 10 de fevereiro de 1821 na Bahia, conduzindo a eleição à Junta Provisória de governo. Notamos que o projeto dele em 1821 era também o da maioria dos liberais nos Reinos de Portugal e do Brasil, o que explica o sucesso de seu periódico naquele momento. Tal sucesso o levou a solicitar às Cortes de Lisboa “algum distintivo, qualquer que seja” para transmitir como herança aos filhos<sup>21</sup>.

Imbricadas as posições políticas aos negócios, Joaquim Maia defendeu o protecionismo para o mercado luso-brasileiro. Nesse sentido, fez coro com a maior parte dos deputados das Cortes de Lisboa, fossem eles europeus ou americanos. Márcia Berbel, ao discutir a retórica da “recolonização”, desmistificou a ideia de que as Cortes de Lisboa tivessem planos de transformar o Reino do Brasil em colônia. Ao analisar o debate em torno da aprovação do Relatório da Comissão de Comércio no início de 1822, a autora mostrou que a maioria dos parlamentares não propugna-

19 – Para maior compreensão sobre a política que envolveu a abertura dos Portos, em 1808, ver: MATTOS, Renato de. Política e negócios em São Paulo: da abertura dos portos à Independência (1808-1822). (311p). Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2015, p. 135-136.

20 – *Semanário Cívico*, 15 de março de 1821, n° 3, f. 2.

21 – “Pedido de mercê de Joaquim José da Silva Maia”. In: Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Ministério do Reino, mc. 780, proc. 23. Código de referência: PT/TT/MR/EXP/051/0137/00023.

vam “por reestabelecer a exclusividade portuguesa nos portos do Brasil, mas, por meio de um escalonamento de taxas, de tornar mais vantajosa a compra dos produtos brasileiros nos portos portugueses” e vice-versa<sup>22</sup>. Tal proposta se diferencia de um suposto projeto para o fechamento dos portos e revitalização do exclusivismo comercial. Tanto que nas votações para a aprovação desse mesmo Relatório, a adesão a ele foi ampla, pois a maioria dos parlamentares viu no protecionismo a contemplação dos seus imediatos interesses<sup>23</sup>.

Joaquim Maia, como a maior parte dos grupos ligados à burguesia ascendente no início de 1821, entusiasmou-se com a ampliação da participação política de determinados setores sociais. Diversos grupos de médios e pequenos proprietários então integrados ao comércio e à lavoura puderam eleger representantes e rogar para que seus interesses particulares fossem considerados na esfera pública<sup>24</sup>. Soma-se a essa participação, a importante instituição da imprensa na América Portuguesa em 1808 e o fim da censura prévia em 1821 que ajudaram a promover o ambiente prolífico de divulgação de ideias para além do restrito círculo de letrados<sup>25</sup>.

Para Lucia Bastos Pereira das Neves, as mudanças relativas à instituição da imprensa faziam parte das transformações liberais à época.

---

22 – BERBEL, Márcia. A retórica da recolonização. In: JANCSÓ, Istvan (Org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005, p. 806.

23 – *Ibid.*, p. 807.

24 – Conforme observou Cecília de Salles Oliveira, “...a deflagração dos movimentos liberais foi **simultânea** [no Império Português]. Revela igualmente que as transformações nas relações de mercado processavam-se de forma concomitante tanto no Reino do Brasil quanto no Reino de Portugal e que havia uma identidade de desígnios entre liberais portugueses e liberais fluminenses. Apesar dos contraditórios interesses que defendiam, esses homens questionavam as práticas exercidas pelos grupos que controlavam, naquele momento, a administração pública e apresentavam-se na qualidade de portadores de um projeto capaz de ‘regenerar’ a monarquia por intermédio de uma nova legislação que traduzisse as mudanças verificadas no interior da sociedade e eliminasse os entraves à mercantilização da produção, da terra e da força de trabalho”. In: OLIVEIRA, Cecília Helena Lorenzini de Salles. *Astúcia liberal*. Relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824). São Paulo: Editora EDUSF, 1999, p. 102-103.

25 – MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de (Org.). *História da Imprensa no Brasil*. 1ª edição. São Paulo. Contexto, 2008, p. 25.

Particularmente na Bahia, os periódicos sinalizavam o alinhamento da província às Cortes de Lisboa, interessados também nas ligações comerciais que mantinham com o Reino europeu. Segundo a autora, quando D. João VI anulou a vigência da Constituição Gaditana e deixou o seu filho D. Pedro à frente da Regência no Rio de Janeiro, em 22 de abril de 1821, muitos grupos na Bahia passaram a desconfiar de suas intenções. Para esses grupos, D. João havia transformado o Rio de Janeiro em um centro político paralelo à capital em Lisboa e às Cortes Constituintes e, por esse motivo, o retorno de D. Pedro à Europa tornou-se alternativa para desarticular aquele centro de poder<sup>26</sup>.

Apesar do projeto de Joaquim Maia ser o de muitos em 1821, seu periódico foi perdendo adeptos quando a proposta de separação tornou tangível a realidade da nação brasileira<sup>27</sup>. Derrotado por defender a unidade dos Reinos de Portugal e Brasil, Joaquim Maia se retirou da Bahia para o Maranhão junto da esquadra portuguesa e de sua família depois que a guerra civil cessou, em 2 de julho de 1823, tornando o grupo de Freitas Guimarães vitorioso e ligando a Bahia ao centro de poder no Rio de Janeiro.

Após a estadia de Joaquim Maia no Maranhão de julho a novembro de 1823, ele e a família se retiraram para a cidade do Porto, em Portugal, onde chegaram em 1º de janeiro de 1824. Em 1830, o negociante rememorou o período vivenciado em 1823, dizendo que naquele momento, “conhecemos nossa ilusão [de lutar contra a separação]; [e] cooperamos para acelerar a união [desta] província às outras do Brasil”. Disse que ali tornou-se “Cidadão Brasileiro, quebrando o laço do pacto social que an-

---

26 – NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. Regeneração política no Brasil: os movimentos de 1821/1822 na Bahia e os primórdios da edificação do Império do Brasil. In: *XXVI Simpósio Nacional de História*, 2011, São Paulo. Ementa do XXVI Simpósio Nacional de História. São Paulo, 2011, v. 1, p. 08. Acesso em: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1307718674\\_ARQUIVO\\_LBASTOSNEVES%23ANPUH%232011vf.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1307718674_ARQUIVO_LBASTOSNEVES%23ANPUH%232011vf.pdf).

27 – OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; MARSON, Izabel Andrade (Orgs.) (2013). Liberalismo, monarquia e negócios: laços de origem. In: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; MARSON, Izabel Andrade. *Monarquia, liberalismo e negócios no Brasil: 1780-1860*, São Paulo: Difel/Edusp, p.13-14.

tes nos ligava aos Portugueses<sup>28</sup>. Realizou a “adesão tácita e explícita” à Independência do Brasil e “pelo ato solene de nosso juramento na Câmara [de São Luís] no dia 7 de agosto” de 1823, a Junta Provisória “nos deu legal passaporte para a Europa, como Brasileiros; e à nossa embarcação como propriedade brasileira<sup>29</sup>”. Joaquim Maia disse ter se transferido para Portugal para “colocar nosso filho [Emílio Maia] na Universidade de Coimbra<sup>30</sup>”.

Uma vez em Portugal, Joaquim Maia retomou seus negócios e redigiu o periódico *Imparcial* (1826-1828). Nele reviu suas posturas a fim de reparar suas antigas posições em relação à separação do Brasil e a D. Pedro<sup>31</sup>. Em 18 de julho de 1826, reconheceu publicamente sua mudança de projeto, ao celebrar o ato da abdicação de D. Pedro ao trono português em nome da filha D. Maria da Glória e a outorga feita pelo Imperador do Brasil da Carta Constitucional Portuguesa<sup>32</sup>.

Contraditando aspectos de seu projeto anterior, disse que, em 1822, o príncipe regente estava no Rio de Janeiro “nas mais difíceis circunstâncias”, pois declarando-se a favor do “partido europeu” teria que reconhecer “o intruso governo de Portugal, que havia usurpado a autoridade de seu Augusto Pai” sendo obrigado a cumprir ainda os decretos das “ilegais Cortes” e retornar à Europa. Nesse discurso, rompeu com a visão favorável que tinha sobre as Cortes de Lisboa. Para ele, D. Pedro optou de forma acertada pelo “partido brasileiro”, contribuindo para “enfrear o espírito democrático que se havia apoderado de muitos”; “estabelecer um centro de poder para conservar a integridade daquele império” e “conservar à Real Casa de Bragança aquele vasto continente, e aos Portugueses a fruição do seu comércio<sup>33</sup>”.

28 – *O Brasileiro Imparcial*, 2 de janeiro de 1830, nº 2, f. 4.

29 – *O Brasileiro Imparcial*, 12 de janeiro de 1830, nº 4, f. 3.

30 – *Idem*.

31 – *Semanário Cívico*, 1º de agosto de 1822, nº 74, f. 4.

32 – *Imparcial*, 18 de julho de 1826, nº 1, f. 2.

33 – *Imparcial*, 23 de janeiro de 1827, nº 10, f. 3.

Ao concluir tais revisões, o negociante anunciou sua nova proposta política, afirmando que os portugueses não haviam perdido o Brasil, pois “se ele está separado pelas relações políticas, existe ainda unido pelas mútuas relações de fraternidade e de comércio”, haja vista que os portos do Brasil “estão abertos aos nossos navios” e o “seu terreno franco aos nossos emigrados”, fazendo com que a situação fosse muito semelhante à que existia antes da separação<sup>34</sup>.

Apesar do projeto desse negociante ser o de muitos liberais em Portugal, acabou frustrado pelo grupo representado por D. Miguel, que subiu ao poder com a proposta de rememorar práticas associadas ao Antigo Regime. Além de suspender a vigência da Carta Constitucional, D. Miguel liderou campanha persecutória contra os apoiadores de seu irmão Pedro, determinando prisões “sem culpa formada” e condenação ao degredo ou à morte<sup>35</sup>.

O período de seu reinado (1828-1834) causou muitos revezes à família dos Silva Maia. Tão logo o infante subiu ao poder em fevereiro de 1828, Joaquim Maia foi preso em 26 de março. Na prisão, o negociante denunciou os vícios em seu inquérito, alegando não saber quem eram as suas testemunhas de acusação<sup>36</sup>. Tentando conhecer o seu processo, disse que foi preso por aparecer em devassa. Nominado como “republicano”, teria participado das “Archotadas” de julho de 1827, protestando contra a demissão do general Saldanha do Ministério da Guerra, ainda na regência de D. Isabel Maria<sup>37</sup>. O próprio Maia, muito depois, reconheceu ter sido esse um pretexto. Havia sido preso, na verdade, por apoiar D. Pedro e o liberalismo no *Imparcial*<sup>38</sup>.

---

34 – *Idem*.

35 – GONÇALVES, Andréa Lisly. A luta de brasileiros contra o miguelismo em Portugal (1828-1834): o caso do *homem preto* Luciano Augusto. In: *Revista Brasileira de História*, v. 33, n° 65, 2013, p. 211-234.

36 – *Imparcial*, 12 de abril de 1828, n° 32, f. 1.

37 – *Imparcial*, 11 de março de 1828, n° 24, f. 2.

38 – *Brasileiro Imparcial*, 23 de janeiro de 1830, n° 7, fls. 3-4.

Três dias após a prisão de Joaquim Maia, sua esposa faleceu. Na drástica situação, o negociante lamentou que a mulher tivesse sido “sepultada em terra estrangeira” – porque era natural da Bahia – e por ter sido enterrada “sem lhe podermos dizer o último adeus<sup>39</sup>”. Também entristeceu-se ao saber que “o nosso jovem filho [...] abandonou a Universidade de Coimbra [para] socorrer seu infeliz pai, e sua mãe moribunda!<sup>40</sup>”.

Graças à Revolução do Porto de 1828, Joaquim Maia foi libertado da prisão, aderindo ao movimento. Debelado pelas forças miguelistas, o levante durou apenas de maio a julho de 1828, obrigando os participantes a se exilarem. Emílio e Joaquim Maia enfrentaram dificultosa travessia pela Espanha e carestia na Inglaterra, sendo apenas bem recebidos na Bélgica, onde chegaram em setembro de 1829. Dali emigraram para o Rio de Janeiro onde chegaram no final daquele ano.

Estabelecido no Rio de Janeiro, Joaquim Maia publicou o periódico *Brasileiro Imparcial* (1830). Apoiando D. Pedro I em momento de grande impopularidade do governo, o redator foi apontado como um “português” que se engajou contra a Independência do Brasil no passado e que, em 1830, tinha planos ocultos para “recolonizar” o Brasil ao lado do Imperador. Profusas foram as críticas nos periódicos fluminenses contra ele<sup>41</sup>. Desafeto de liberais exaltados e moderados, o redator vivenciou muitos revezes às vésperas da abdicação de D. Pedro I, em 7 de abril de 1831<sup>42</sup>. O negociante faleceu, porém, antes disso, em 2 de março de 1831. No momento de seu sepultamento, um grupo político provocou tumulto e ofensas contra o falecido<sup>43</sup>. O comerciante que outrora havia colhido certa

39 – *Imparcial*, 12 de abril de 1828, n° 32, f. 1.

40 – *Idem*.

41 – As acusações contra Maia podem ser verificadas na *Aurora Fluminense*, 18 de janeiro de 1830, n° 290, f. 2; na *Astréa*, 10 de abril de 1830, n° 554, f. 1 e na *Voz Fluminense*, 05 de abril de 1830, n° 70, f. 1.

42 – BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). *O Brasil imperial (1831-1870)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v.2, 2009, p. 53-119, p. 59-60.

43 – LUSTOSA, Isabel. Silva Maia: o comerciante que as revoluções do Atlântico fizeram jornalista. In: *Revista de História das Ideias*, Coimbra, v. 39, 2ª Série, p. 200, 2020. Acesso em: [https://run.unl.pt/bitstream/10362/118327/1/8\\_SILVA\\_MAIA\\_2\\_.pdf](https://run.unl.pt/bitstream/10362/118327/1/8_SILVA_MAIA_2_.pdf).

popularidade política e mesmo alcançado opulência em seus negócios, morreu pauperizado e com diminuto apoio a seu projeto para estreitar os vínculos entre o Brasil e Portugal<sup>44</sup>.

### **Emílio Joaquim da Silva Maia e seus estudos sobre Portugal e Brasil**

Emílio Joaquim da Silva Maia nasceu em Salvador, na Bahia, em 8 de agosto de 1808. Era filho do negociante e redator Joaquim Maia e de D. Joaquina Rosa da Costa. Segundo Aristides Francisco Garnier, dos cinco aos nove anos de idade, Emílio Maia frequentou as aulas de primeiras letras na Bahia. Depois disso, tornou-se aluno do “erudito e bem conhecido” José Estanislau Vieira com o qual aprendeu latim e grego. Também frequentou as aulas do padre Inácio José de Macedo aprendendo “filosofia racional e moral”. Emílio Maia interrompeu seus estudos quando foi deflagrada a guerra civil na Bahia, em 1822<sup>45</sup>. Nas palavras de Garnier, o pai de Emílio Maia “comprometido por causa do partido político a que se ligara, teve de sair da Bahia a 2 de julho de 1823, levando sua família ao Maranhão, aonde chegaram ao fim de 12 dias”. O “jovem Maia” continuou as aulas de latim e filosofia moral no convento das Mercês, em São Luís, mas passados quatro meses da adesão à Independência no Maranhão, ele e sua família partiram para o Porto, em Portugal<sup>46</sup>.

No Porto, segundo Garnier, Emílio Maia “tratando então de rever o que tinha estudado, entrou como externo no colégio da rua das

44 – O próprio Evaristo da Veiga, opositor de Silva Maia em 1830, lembrava o sucesso que o *Semanário Cívico* havia feito no início da década de 1820 na Bahia, com posturas contrárias à separação do Brasil. Entretanto, esse mesmo sucesso não seria repetido no período subsequente em que redigiu os demais periódicos: “Mas quando foi o *Imparcial* [Joaquim Maia] *Leão valente*? Quando decorreram os anos de sua força? Não podia ser senão no tempo em que, debaixo do nome de *Semanário Cívico*, investia sem piedade aos Brasileiros, ultrajava o nosso país, os nossos usos, e hábitos, a causa que havíamos abraçado [...] Foi essa época, em que o *Imparcial* [Joaquim Maia] se achava em todo o seu vigor: agora, ele mesmo reconhece que está *decrépito*”. In: *Aurora Fluminense*, 5 de maio de 1830, n° 333, f. 2.

45 – GARNIER, Aristides Francisco. Discurso biográfico pronunciado na sessão solene da Academia de Medicina, pelo Dr. Garnier. In: *Anais brasilienses de Medicina*, 4 de junho de 1860, n° 4, 1860, f. 73.

46 – *Idem*.

Laranjeiras, a fim de preparar-se para a Universidade de Coimbra”. Em 24 de julho de 1824, o estudante passou nos “exames necessários para entrar na faculdade de medicina”. Em 1826, se alistou como voluntário do Batalhão de Acadêmicos, tomando posição em favor de D. Pedro e da Carta Constitucional de 1826. Seu pai gabou-se de que o “filho, mancebo de 17 anos (natural da Bahia) frequentando o 3º ano filosófico”, havia se empenhado contra as guerrilhas miguelistas na companhia de outros “estudantes brasileiros, que com generoso entusiasmo quiseram fazer causa comum com seus discípulos portugueses<sup>47</sup>”. Anexou em seu jornal uma carta enviada por Emílio Maia, na qual comunicava o alistamento:

Já lhe participei que apenas chegou a *Coimbra* o Coronel *Pinto* a organizar as companhias de Voluntários, eu, que estava certo **dos seus sentimentos**, fui dos primeiros a alistar-me, e o mesmo fizeram mais vinte e tanto Brasileiros: queremos dar um testemunho ao nosso Imperador que cá na Europa sabemos pugnar pelos seus direitos; e uma prova autêntica aos Portugueses do amor fraternal que lhes consagramos. Tenho lido e relido todos os artigos de guerra, e tenho-me exercitado em todas as evoluções militares. Console minha Mãe; diga-lhe que não tenha medo: e se eu morrer na campanha, lembre-lhe que para as *Espartanas* era um dia de júbilo aquele em que recebia a notícia da morte de um filho no campo da honra em defesa da pátria. Lance-me a sua benção; e esteja certo que eu voltarei com o meu escudo, ou sobre o meu escudo. (grifo nosso)<sup>48</sup>.

Como apontou Aristides Garnier, Emílio Maia não concluiu os estudos que iniciou em Coimbra. Obteve apenas o diploma de bacharel em filosofia natural, interrompendo sua formação devido aos “acontecimentos políticos que se deram entre D. Pedro e D. Miguel”, particularmente, foi devido à morte da mãe e à prisão do pai, como dissemos. Exilado de Portugal, o estudante emigrou para o Rio de Janeiro, onde pôde “respirar alguns meses o ar pátrio”, mas logo partiu para a França para completar seus estudos e obter os diplomas de bacharel em ciências naturais e matemáticas pela Universidade de Paris<sup>49</sup>.

47 – *Imparcial*, 30 de dezembro de 1836, nº 56, f. 3.

48 – *Idem*.

49 – GARNIER, Aristides Francisco. *Op. cit.*, f. 73.

Em 2 de setembro de 1833, tornou-se médico pela mesma Instituição e “impaciente de ver a pátria, parte imediatamente para o Brasil”, chegando ao Rio de Janeiro, em 14 de março de 1834, onde permaneceu até o final da vida, em 1859<sup>50</sup>. Foi ali que conheceu sua esposa, D. Ana Rita da Silva Costa, com quem se casou em 28 de maio de 1834 e teve filhos<sup>51</sup>. Emílio Maia se restabeleceu no Brasil em um período conturbado. Vivenciou os pormenores do período regencial e acompanhou os preparativos para o Ato Adicional de 1834 que, apesar de conservar a vitaliciedade do Senado, consagrou certa autonomia provincial através da instituição das Assembleias Legislativas e das presidências de província<sup>52</sup>.

Em 12 de junho de 1834, Emílio Maia tornou-se membro da sociedade de medicina que, posteriormente, passou a se chamar Academia Imperial de Medicina. Para Garnier, o médico “mereceu tanta consideração dos sábios, que fez parte de quase todas as sociedades literárias e científicas do Brasil”, entre as quais: a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Instituto Literário da Bahia e a Sociedade Velosiana. Produziu vários trabalhos sobre medicina além de outros distantes de sua formação como: *O elogio histórico de José Bonifácio de Andrada e Silva*; *a Biografia do Dr. José Pinto de Azevedo* e os *Estudos históricos sobre Portugal e o Brasil*<sup>53</sup>.

Ao escreverem necrológios sobre o médico após sua morte em 21 de novembro de 1859, seus correligionários afirmaram ter sido ele intelectual avesso a questões políticas. Desassociaram-no, ainda, da figura do pai considerado como agitador. Para Garnier, desde criança Emílio Maia tornou-se “joguete das ondas políticas” procurando recusar-se a “preservar ouvidos aos partidos, que bem desejariam conquistar o auxílio desse jovem talento”. Contraditoriamente, mencionou que a “estima e consideração dos habitantes deste município, o elevaram ao honroso cargo de

50 – *Ibid.*, f. 74.

51 – *Idem.*

52 – DOLHNIKOFF, Miram. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005, p. 97.

53 – GARNIER, Aristides Francisco. *Op. cit.*, 1860, f. 74.

vereador da câmara municipal, que exerceu durante o quadriênio de 1841 a 1844<sup>54</sup>’.

Joaquim Manoel de Macedo fez semelhante descrição sobre o médico, primeiramente dizendo que seu pai era “homem de instrução, e que não pouco se envolvia em assuntos políticos<sup>55</sup>”. Em segundo lugar, sobre Emílio Maia, Macedo apontou que quando residiu em Portugal sendo “época de guerra entre constitucionais e absolutistas” o estudante “já pelo exemplos de seu pai, já pelas próprias convicções e pelo ardor da mocidade, deixa-se levar pelas ondas revolucionárias”, no entanto, “sua bandeira é pelo menos bela e nobre, é a bandeira da liberdade contra o absolutismo<sup>56</sup>”. Ao voltar ao Brasil, em 1834, o médico “encontrou o seu país em um período de violenta excitação política”, mas àquela altura, tendo “feito o voto sagrado de consagrar-se à ciência”, optou por voltar “as costas ao mundo político<sup>57</sup>”.

Diante dessas intervenções, fica evidente o esforço dos biógrafos em apagar as atuações políticas de Emílio Maia ou pelo menos minorá-las. Seus correligionários no IHGB e em outras instituições, preferiram retratá-lo como um letrado estranho às agitações do tempo, ainda que este não tenha tentado esconder suas perspectivas ao longo da vida. Acumulando funções relevantes, inclusive, como o responsável pela seção de História da *Revista do IHGB* e sendo parabenizado por Januário da Cunha Barbosa<sup>58</sup>, não há qualquer indício de que o ilustrado tenha tentado escamotear suas aspirações políticas.

Se compararmos os escritos de Joaquim e Emílio Maia, fica clara a admiração que nutriam um pelo outro. Suas linhas argumentativas e seleções dos eventos a serem narrados são muito parecidas. Apesar disso, também há diferenças entre eles, principalmente, quanto a concepções

54 – *Idem*.

55 – Discurso do Orador do Instituto Joaquim Manoel de Macedo. In: *R.IHGB*, tomo XXII. Rio de Janeiro: Tipografia Imparcial, 1859, p. 707.

56 – p. 709.

57 – *Idem*.

58 – ENDERS, Armelle. *Os vultos da nação: fábrica de heróis e formação dos brasileiros*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014, p. 177.

de “história” e de “nação” e a respeito do papel que o Brasil deveria desempenhar na marcha civilizacional. Pensando nisso, cabe destacar o que Valdeci Lopes de Araújo disse sobre os intelectuais da década de 1830. Segundo o autor, estes buscaram construir a história da nação brasileira a partir de aspectos que pudessem singularizá-la, para tanto, consideraram determinada concepção de história natural que “deixa de ser apenas a soma mecânica de histórias particulares para adquirir um campo de experiência próprio, para o qual deveria contribuir cada uma das nações modernas<sup>59</sup>”.

Ainda sobre os escritos da época, é importante considerar as definições que o autor faz sobre os conceitos/categorias epistemológicas de “germe” e “fermentação”. Segundo Valdeci de Araújo o conceito de germe “é fundamental em uma concepção de história que precisa lidar com retrocessos e descontinuidades”, isso porque imaginava-se ser possível recuperar no passado “certos princípios/germes que atuariam na história da humanidade e a transformariam<sup>60</sup>”. Já o conceito de fermentação permitia aos intelectuais imaginarem que “por detrás do caos, permanecem, fermentando, as virtudes eternas que sustentam a civilização<sup>61</sup>”. A dinâmica entre esses dois conceitos foi também instrumentalizada por Emílio Maia.

Traçando analogias entre a “história natural” e a “história civil”, Emílio Maia disse que as nações, à semelhança dos organismos vivos, “formam-se, prosperam e acabam”. Também ambos, quando submetidos a um terreno fértil e condições favoráveis, potencialmente se desenvolvem desde que “coisas perturbadoras o não afastam da natural e progressiva marcha” do desenvolvimento. As perturbações reprisadas ao longo da “história civil”, segundo Emílio Maia, provinham de “fatos horríveis, crimes enormes, e os violentos abalos políticos” então causados pelo desprezo dos homens pela verdade e pela manutenção de uma “adormecida

---

59 – *Ibid.*, 105.

60 – *Ibid.*, p. 34-35.

61 – *Ibid.*, p. 36.

consciência”, que somente lhe serviam para afastar do curso natural preparado pela Providência<sup>62</sup>.

Nesse sentido, a “estabilidade política” que o Brasil alcançou nas décadas de 1840 e de 1850 com D. Pedro II, era fundamental para a realização das potencialidades da nação brasileira, segundo o médico. Guiado pela Providência até o trono, o segundo Imperador do Brasil era “um entusiasta amigo das ideias modernas, valente e fundador da nacionalidade brasileira” que, longe de ser apenas “o mais eficaz agente para a conservação da unidade”, se empenhou pela prosperidade do país “para que quanto antes haja na própria América poder capaz de equilibrar-se com o dos Estados Unidos<sup>63</sup>”.

Responsável por evitar “medonhas revoluções”, foi também D. Pedro II quem sintonizou os propósitos brasileiros à marcha que a própria Providência havia reservado ao país. Desse modo, ao superar o período regencial, a nação voltou ao seu curso natural e à sua atividade de preservação física e moral. Tamanho era o entusiasmo de Emílio Maia no presente, que mais de uma vez destacou as potencialidades que o continente americano ofertava, tendo em mente que os Estados Unidos e o Brasil, quando atingissem a plenitude de suas forças “não poderão deixar de ir em auxílio da regeneração da velha Europa<sup>64</sup>”. Nesse sentido, o “ditoso instante” que o governo D. Pedro II reservava ainda para um futuro próspero merecia ser sublinhado:

Nosso coração brasileiro sobressalta-se com violência, ao lembrar-se de longe, que nesse ditoso instante, a opulência, força e beleza do Brasil deslumbrará a vista de todo o mundo, e obrigará aos Estados Unidos a renunciar a sua injusta pretensão de quererem ser entre todos os povos do novo mundo, os únicos denominados Americanos. Então dos cantos mais opostos das cinco partes da terra virá também muita gente boa admirar e elogiar os Americanos do Sul<sup>65</sup>.

62 – MAIA, Emílio Joaquim da Silva. Estudo primeiro. *Arquivo do IHGB*, DL. 345.1, f. 02.

63 – *Ibid.*, f. 10.

64 – *Idem.*

65 – *Ibid.*, f. 9.

Desse modo, “enquanto não chega tão almejada idade de ouro, a qual parece-nos próxima”, o médico considerou útil escrever sobre “alguns dos feitos dos nossos antepassados” despertando a lembrança “de nossos progenitores”. Lançava-se, assim, à historiografia por compreender ser “a única maneira de chegar-se ao profícuo conhecimento dos passos por menores que sejam dados pelas gerações de outros tempos”. Através desse exame, acreditava poder “descortinar a verdade histórica tantas vezes ofuscada, e alguma ideia possuir-se da ascendente marcha do espírito brasileiro<sup>66</sup>”.

Para a realização de seus estudos, Emílio Maia reuniu artigos de jornais, livros e documentos. Também revolveu “importantes e variados manuscritos quer deixados por meu Pai, quer por nós colhidos e vistos na Europa ou no Brasil”. Disse que Portugal enquanto “nosso progenitor”, deveria servir de “exemplo mui distinto” e ser “por nós perfeitamente conhecido” para que o Brasil “o possa algum dia imitar<sup>67</sup>”. Rememorou, para tanto, as campanhas expansionistas do Império Português no século XV, recomendando aos “brasileiros filhos desses [...] portugueses de ontem” que se interessassem pelas notícias daqueles que promoveram o “feliz encontro da terra” americana. Apesar de constituídos em “duas nações diferentes em dois mundos opostos, saíram, todavia, do mesmo viçoso tronco” dos navegadores<sup>68</sup>.

Para Maia era lamentável que “a glória de serem os Portugueses os primeiros exploradores desses países, tem sido negada em nossos dias<sup>69</sup>”. Sobre isso apontou que Francisco Adolfo de Varnhagen “em sua história geral do Brasil” não havia se ocupado “mais ou menos longamente das inúmeras pesquisas náuticas e arriscadíssimas viagens anteriormente efetuadas pelos portugueses” e que deram origem à “inesperada vista do Monte Pascoal<sup>70</sup>”.

66 – *Idem*.

67 – MAIA, Emílio Joaquim da Silva. Estudo segundo. *Arquivo do IHGB*, DL 345.2, f. 2.

68 – *Ibid.*, p. 2.

69 – *Ibid.*, p. 8.

70 – *Ibid.*, p. 3.

Os séculos XVI e XVII foram retratados por Emílio Maia como um período de decadência aos portugueses. A antes conhecida nação “vigorosa, afortunada e quase única possuidora do maravilhoso Oriente, berço da humanidade”, começou a decair porque os governos “não puderam ou não quiseram” se inteirar das soluções. Esse foi o momento em que “a dependência portuguesa de outras nações europeias” ou mesmo a vivência debaixo “do jugo estrangeiro” engendrou a nação à dominação de outros povos. Em suas palavras, “o gigantesco colosso português do Oriente agita-se, treme, desmorona-se”, restando-lhe somente as colônias na Ásia de Macau, Diu, Damão e Goa e na África da Costa da Guiné, de Angola, de Benguela e Cabo Verde<sup>71</sup>.

Foi D. Henrique quem promoveu um “dos mais heroicos movimentos políticos exarados nas páginas da história” em 1640, motivando um “levantamento quase geral do povo conquistador do Oriente inteiro” e lançando por terra “o infausto regimen dos Fillipes”. Apesar de reconhecer os triunfos da campanha pela Restauração de Portugal, o médico disse que os portugueses continuaram a conservar “o mesmo sistema de governo” que os havia lançado à “desoladora decadência” de outrora, promovendo os “inveterados abusos” na administração pública<sup>72</sup>.

Para refrear essa precariedade de Portugal e afastar “as trevas [que] pareciam cobrir todo o horizonte português”, foi preciso que um “homem extraordinário” tomasse a frente do ministério de D. José I (1750-1777), remetendo-se a Sebastião José de Carvalho e Mello (1699-1782) – futuro Marquês de Pombal. Para Emílio e Joaquim Maia, foi Carvalho e Mello quem iniciou a dissolução dos “vícios” promovidos pelo absolutismo<sup>73</sup>. Tomando importantes decisões, expediu o alvará de 19 de janeiro de 1759, o qual “feriu mortalmente” o jesuitismo trazendo aos “aborígenes do Brasil” à “fruição dos seus naturais direitos”. Em sua administra-

71 – MAIA, Emílio Joaquim da Silva. Estudo terceiro. *Arquivo do IHGB*, DL. 345.03, f. 17.

72 – MAIA, Emílio Joaquim da Silva. Estudo quarto. *Arquivo do IHGB*, DL. 345.04, f. 15.

73 – MAIA, Emílio Joaquim da Silva. Estudo quinto. *Arquivo do IHGB*, DL. 345.05, f. 1.

ção “a orgulhosa nobreza é abatida” e “os brios nacionais, letras e artes reproduzem-se”. Portugal “livra-se de desoladora peste não consentindo escravos dentro de si”. Além disso, foi Pombal quem animou “o comércio do Brasil, tirando a restrição até então usada, da navegação para esta colônia em frotas”, sendo também o responsável por proteger “com sábias disposições a agricultura e o comércio; dando vida à Companhia do Alto Douro<sup>74</sup>”.

Apesar do progresso perpetrado por Pombal, este foi derrubado pela “nobreza e sacerdócio [que] adquirem forças novas”. Com o afastamento do ministro, “principia a formar-se denso nevoeiro” para obscurecer novamente a nação portuguesa. Além disso, “exausto de forças e enleado pela Inglaterra”, Portugal constituiu-se “espécie nova de colônia da opulenta Inglaterra<sup>75</sup>”. Sem Pombal, “mui irregular e viciado tornou-se o andamento dos negócios públicos; a desgraça pouco tempo levou em estender-se à todas as classes”. Próximo de desaparecer o Império Português, à semelhança de outros impérios e dos seres vivos, sua extinção foi impedida pela “estrondosa e aturada revolução” do Porto de 1820, “para purificar-lhe e dar novo vigor<sup>76</sup>”.

Em sua narrativa sobre o processo de Independência do Brasil, Emílio Maia fixou o ano de 1808 como o início da “pacífica e completa revolução porque o Brasil passou<sup>77</sup>”. Apontou a alegria de D. João ao se transferir para a América e subscreveu a interpretação de José da Silva Lisboa quanto ao importante papel que a transferência da família real trouxe para o progresso da colônia americana, sem deixar de notar as potencialidades já existentes nesta terra<sup>78</sup>. Para ele, a “benéfica mão da natureza, não podia ser mais pródiga do que foi para o Brasil, deu-lhe em excesso tudo de que ele podia necessitar para bem viver e chegar ao auge da felicidade<sup>79</sup>”.

---

74 – *Ibid.*, f. 5.

75 – *Ibid.*, f. 25.

76 – *Ibid.*, p. 27.

77 – MAIA, Emílio Joaquim da Silva. Estudo sexto. *Arquivo do IHGB*, DL. 345.06, f. 3.

78 – *Ibid.*, p. 5.

79 – *Ibid.*, p. 26.

Ao desembarcar na América Portuguesa, o príncipe regente franqueou “os portos brasileiros às nações amigas”, permitindo a “entrada e saída de mercadorias estrangeiras e nacionais mediante 24% de direitos sobre a importação”, o que para Emílio Maia foi uma “sábua e justa medida, origem primária de todo o progresso brasileiro<sup>80</sup>”. Sobre o evento, lembrou que seu pai havia lhe confessado “nunca ter assistido a ato que tanto o tocasse e o alegrasse como a majestosa cena representada na Bahia, no memorável dia 22 de janeiro de 1808<sup>81</sup>”.

Ao contrário do pai, Emílio Maia tinha uma visão positiva de D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Em suas palavras, o ministro de D. João foi um “progressista e amigo dos Brasileiros” que muito contribuiu para as benfeitorias aqui realizadas<sup>82</sup>. Como apontou Maria de Lourdes Viana Lyra, foi Sousa Coutinho um dos entusiastas para a transferência da Corte à América Portuguesa, vendo-a como alternativa mais acertada para evitar a desagregação da monarquia por Napoleão. Ainda que tal ideia não fosse inédita à época, compreendia “que salvar a colônia Brasil representava salvar o império português<sup>83</sup>”. Retomando, portanto, a utopia do “poderoso” e “vasto” Império expressa no projeto de Sousa Coutinho, Emílio Maia interpretou a transmigração da Corte como o início do processo de “autonomia do Brasil”.

Ao contrário de Emílio Maia, seu pai, em 1821, não endossou a manutenção desse projeto. Recorreu à imagem utópica do “vasto” Império Português, mas para propugnar que o progresso dos portugueses de ambos os hemisférios dependia da manutenção de uma capital exclusivamente em Lisboa, tendo em vista que a ameaça napoleônica havia sido dissipada. À semelhança de outros grupos mercantis situados ao Norte (no Maranhão, Pará e Bahia, por exemplo), Joaquim Maia não viu qualquer vantagem em uma sede de poder no Brasil e, portanto, enfatizava a

80 – MAIA, Emílio Joaquim da Silva. Estudo sétimo. *Arquivo do IHGB*, DL. 345.07, f. 3.

81 – *Ibid.*, p. 16.

82 – *Ibid.*, p. 18.

83 – LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A utopia do poderoso e vasto Império*. Portugal e Brasil: bastidores da política, 1798-1822. Rio de Janeiro: Sete Letras, 1994, p. 117.

dependência do Reino Americano em relação ao Europeu, especialmente, quanto ao comércio<sup>84</sup>.

Apesar dos elogios a D. Rodrigo Coutinho, de maneira geral, Emílio Maia criticou os ministérios formados por D. João, visto que, para ele, mantiveram práticas e vícios absolutistas<sup>85</sup>. Por sua vez, também elencou empreendimentos realizados no período para abrigar a Corte na América Portuguesa, como: as aulas “de ciência econômica”; o “conselho supremo militar”; a “mesa de desembargo do Paço e da Consciência”; da “Casa de Suplicação do Brasil”; a “Chancelaria-Mor do Reino e Intendência de Polícia”; a “Imprensa Régia”; o “Erário Régio”; a “Real Junta de Comércio, agricultura, fábricas e navegação”; o “Banco do Brasil”; a “Praça do Comércio” fluminense, entre outras<sup>86</sup>.

Foi também durante o governo joanino que apareceu o “prejudicial tratado de 1810 com a Inglaterra”. À semelhança do que pensava seu pai, para Emílio Maia devido às “opostas circunstâncias das duas partes contratantes” não era possível “reciprocidade entre elas”, afinal, a Inglaterra era “nação mui industriosa, forte e senhora dos mares”, enquanto a nação portuguesa estava “desfalcada da indústria e forças e quase sem navegação alguma<sup>87</sup>”. O principal prejuízo desse acordo “foi impedir a navegação de um só navio português para países estrangeiros”, lançando as “embarcações pequenas [...] ao comércio de cabotagem” e as de “alto bordo” a se dirigirem “unicamente para Lisboa, Porto ou para algum porto português, da África e da Ásia<sup>88</sup>”.

Se por um lado Emílio Maia aproximou-se das posturas do pai ao delimitar os prejuízos trazidos pela tratativa, dele se distanciou ao comemorar, à luz da década de 1850, que por meio desse mesmo tratado o

84 – *Semanário Cívico*, 25 de outubro de 1821, n° 35, f. 1.

85 – *Ibid.*, p. 18.

86 – MAIA, Emílio Joaquim da Silva. Estudo sétimo. *Arquivo do IHGB*, DL. 345.07, *passim*.

87 – MAIA, Emílio Joaquim da Silva. Estudo décimo segundo. *Arquivo do IHGB*, DL. 345.12, f. 6.

88 – *Ibid.*, p. 6.

Brasil começava a se livrar “do infame tráfico de escravatura, sem cuja a extinção nunca seremos felizes<sup>89</sup>”.

Na descrição do médico sobre D. João VI, disse que apesar do “semblante risonho e simpático [...] possuía um caráter frouxo e tímido”. Nutria “excelentes ideias, concepções mui proveitosas, desejos os mais puros”, porém, vivia cercado daqueles que “julgava íntimos amigos” manejando a “intriga, iludiam suas ordens e com a maior habilidade ocultavam-lhe a verdade<sup>90</sup>”. Alegou que, “aos olhos dos diversos historiadores”, D. João aparece “umas vezes [como] ambicioso e déspota; outras [como] generoso e liberal, e quase sempre com política governamental má<sup>91</sup>”.

Tendo os princípios da Independência sido fixados no seu governo, coube ao monarca enfrentar “a infausta noite de 21 de abril de 1821 no Rio de Janeiro”, causada pelo “partido exaltado português, opondo-se à vontade do Rei, para coagi-lo a deixar o Brasil quando Ele não queria mais dentre nós sair<sup>92</sup>”. Para o médico, o episódio da Praça do Comércio no Rio de Janeiro já continha o germe da Independência do Brasil, marcando ali as confrontações entre “brasileiros” e “portugueses<sup>93</sup>”. Segundo ele, “muitos brasileiros foram [...] convidados por Cartas Confidenciais a não faltarem àquela reunião, insinuando-lhes que pedissem a ficada do Rei”. Ademais, um curioso edital do Ouvidor Joaquim José de Queirós publicado no dia 20 de abril, convocava “a junta eleitoral da comarca para

89 – *Ibid.*, p. 7.

90 – MAIA, Emílio Joaquim da Silva. Estudo décimo quarto. *Arquivo do IHGB*, DL. 345.14, f. 2.

91 – *Ibid.*, p. 3.

92 – *Ibid.*, p. 9.

93 – Cecília Helena de Salles Oliveira problematizou a historiografia que deu importância pontual aos acontecimentos na Praça do Comércio, em 21 de abril de 1821, abordando o acontecimento a partir da face “mais conhecida (e simplificada) das lutas políticas do período” de 1820 e que opunha “portugueses e brasileiros” para explicar o processo de separação. Contrária a essa interpretação, a autora mostrou que aquela reunião de eleitores no Rio de Janeiro, na verdade, descortinou diversos matizes entre os grupos liberais ali engajados, atentos não só ao futuro da política constitucional como ao futuro das relações de mercado entre Portugal e Brasil. OLIVEIRA, Cecília Salles de. Imbricações entre política e negócios: os conflitos na Praça do Comércio no Rio de Janeiro em 1821. In: OLIVEIRA, Cecília Salles de; MARSON, Izabel Andrade (Org.). *Monarquia, liberalismo e negócios no Brasil: 1780-1860*. São Paulo: Edusp/Difel, 2013, p. 69-70.

reunir-se no dia seguinte pelas quatro horas da tarde [...] onde além dos eleitores teria ingresso todo o mundo” que quisesse participar<sup>94</sup>.

Para Emílio Maia a população em geral havia recebido orientação prévia para se manifestar durante o pleito e causar tumulto na Praça do Comércio. Desse modo, na noite do dia 21 de abril de 1821, houve um choque entre as “duas forças opostas” de “portugueses” e “brasileiros”, produzindo “confusão, grandes sustos; muitas contusões, alguns ferimentos e mortes”. No relato, é interessante notar que o médico omitiu a intervenção das tropas lideradas por D. Pedro que com a anuência de D. João foram instadas para dissolver a Assembleia Eleitoral<sup>95</sup>.

Apesar de referir-se ao processo no Rio de Janeiro para adesão às Cortes de Lisboa, foi no Pará em 1º de janeiro e na Bahia em 10 de fevereiro de 1821 que as primeiras adesões aconteceram. Para Emílio Maia, “os cidadãos mais empenhados na aclamação do regime constitucional na Bahia” tinham consciência “da má vontade do governo fluminense” para jurar a futura Constituição.

Relatando as articulações em sua cidade natal, destacou que a maçonaria teve papel fundamental para os sucessos do dia 10 de fevereiro de 1821. Segundo o médico, em novembro de 1820, funcionavam três lojas maçônicas na capitania. A primeira chamada “Virtude e Razão” era composta por “proprietários, fazendeiros e alguns empregados públicos” que nutriam aspirações “democráticas”; a segunda chamada “Humanidade” abrigava “muitas pessoas do Comércio, dominadas o maior número pelo espírito constitucional” e a terceira de nome “União” tinha como membros “indivíduos de diversas profissões” entre os quais grande contingente de militares motivados pelo “influxo democrático<sup>96</sup>”.

Logo que receberam as notícias da Revolução do Porto, muitos maçons se apresentaram “nas duas primeiras lojas apontadas” para planeja-

94 – MAIA, Emílio. *Op. cit.*, DL. 345.14, f. 10.

95 – *Idem.*

96 – MAIA, Emílio Joaquim da Silva. Estudo décimo sétimo. *Arquivo do IHGB*, DL. 345.17, f. 18.

rem “igual revolução na Bahia”. Participaram da reunião “o proprietário Joaquim José da Silva Maia e o Bacharel Cipriano José Barata d’Almeida” ambos os maiores entusiastas da proposta, ainda que o primeiro fosse “constitucional” e o segundo “democrata<sup>97</sup>”. A respeito de seu pai, Emílio Maia o descreveu como “liberal de coração e com inteligência assaz cultivada, não partilhava a extravagante opinião dos negociantes seus conterrâneos, que mostravam constitucionais só para Portugal”. Defendendo que representantes da América ocupassem assentos ao lado dos europeus nas Cortes de Lisboa, Joaquim Maia pregou a “igualdade em ambos os hemisférios da vasta monarquia”. No depoimento, Emílio Maia atestou que sendo “Filho deste prestante Cidadão, e bem ao fato do seu modo de pensar por termos gozado da fortuna de o acompanhar ainda por alguns anos, podemos assegurar a exatidão dessas suas ideias<sup>98</sup>”.

Seu pai, para o médico, possuía “temperamento sanguíneo, gênio alegre e mui sociável”; contava com “instrução literária bastante variada” e era “muito entendido no Comércio”. Apesar de Cipriano Barata e Joaquim Maia terem concepções distintas para a política, segundo Emílio Maia, se uniram pela causa comum à Bahia, apontando que “a união destes caracteres sobre este objeto é boa prova que Portugueses e Brasileiros desejavam a nova ordem de coisas<sup>99</sup>”. Nesse sentido, muito diferente foi o processo de adesão ao constitucionalismo na Bahia e no Rio de Janeiro, segundo Emílio Maia. Se no movimento baiano a união entre “portugueses” e “brasileiros” mostrou-se evidente, no movimento fluminense os dois grupos chegaram ao enfrentamento físico.

Articulando a adesão da Bahia às Cortes de Lisboa, o pai de Emílio Maia mencionou ter havido uma reunião convocada pelo ministro Palmella que, saindo de Lisboa e aportando na Bahia antes de rumar definitivamente ao Rio de Janeiro, quis investigar os ânimos ali existentes e fornecer algumas instruções para as autoridades. Palmella convocou para a reunião o general Conde de Palma para saber os rumores dali.

---

97 – *Ibid.*, p. 7.

98 – *Ibid.*, p. 4.

99 – *Ibid.*, p. 7.

Pediu ao militar que ganhasse tempo e esperasse “ulteriores ordens do Rio de Janeiro”, freando qualquer levante. Chamaram à reunião o marechal Felisberto Caldeira Brant Pontes e disseram-lhe que “a Constituição portuguesa era muito democrática, e não podia convir nem àquele Reino e menos ao Brasil, onde haviam raças heterogêneas, escravos e poucas luzes”. Para esses homens reunidos, a “mais adequada para a atualidade era uma Constituição semelhante à da França ou Inglaterra com duas Câmaras, [e] veto absoluto”. No entanto, como “em todas as províncias do Brasil não havia alta nobreza com a qual se podia formar a Câmara Alta” seria preciso criar uma a partir “da classe dos proprietários”. Orientaram, desse modo, o marechal Brant Pontes “e mais duas pessoas” a produzirem “relação dos indivíduos mais notáveis” do Brasil e enviar a lista para o Rei<sup>100</sup>.

Após essa reunião não cessaram os constitucionais de se articular nos “clubes” e preparar a adesão da Bahia. Segundo Emílio Maia, estes andavam desconfiados de que haviam sido traídos e por isso decidiram antecipar o levante. Segundo o médico, o Conde de Palma então capitão-general foi pressionado para tomar uma atitude enérgica pelas autoridades fluminenses, deixando correr o rumor de que decretaria prisões das principais tropas envolvidas na conspiração, no dia 10 de janeiro de 1821, data dos festejos do Senhor do Bonfim de Itapagipe. O governador receando ajuntamentos naquela data “fez adiar a festa para mais tarde”, passando o dia sem tumultos e festejos. Foi somente na noite de 9 de fevereiro que os liberais decidiram agir. A última reunião do “clubes” aconteceu na casa do Aljube ficando ali decidido pela “resolução de efetuar o movimento na manhã do seguinte dia, seguindo-se o plano antecedentemente combinado<sup>101</sup>”.

“Portugueses” e “brasileiros” então conjurados, marcharam juntos para comunicar a adesão às Cortes de Lisboa ao governador. Segundo Emílio Maia, uma das medidas do capitão-general foi consultar “o inspetor das tropas Marechal Felisberto” Brant Pontes para saber o número de

100 – *Ibid.*, p. 8.

101 – *Ibid.*, p. 22-23.

soldados fiéis. O marechal ordenou, nesse ínterim, que o arsenal de armas fosse guardado por suas tropas, impedindo que os revoltosos delas se apoderassem. Tais medidas não foram suficientes. Houve enfrentamentos de alguns militares, deixando vinte pessoas feridas “entre as quais dois oficiais”, sendo ainda vitimado o major Hermógenes Pantoja<sup>102</sup>.

Àquela altura, o Conde de Palma convencia-se da derrota. Obstinado, no entanto, Brant Pontes “insistia em atacar toda a artilharia com maior força dos batalhões fiéis”, mas recusando a alternativa, o governador deu ouvidos “ao Marechal Luís Paulino Pinto da França [...] que propôs a convocação de um conselho” militar para resolver a questão. Ficou decidido por meio do conselho “proclamar quanto antes o sistema constitucional<sup>103</sup>”. Ao saber da decisão, Joaquim Maia cuja competência como procurador do Senado era “conduzir o estandarte da Câmara [...] e convocar o povo a reunir-se por meio do toque do sino”, ajudou a promover o movimento atraindo mais gente ao Largo do Palácio<sup>104</sup>.

Após o juramento à monarquia constitucional, procedeu a escolha dos membros da Junta Provisória, mas “como nada de anteriormente se tinha a este respeito determinado”, adaptaram o plano optando por “fazer-se esta escolha por aclamação”. Naquela conjuntura, segundo Emílio Maia, concedia-se “voto de plena confiança ao negociante” seu pai, visto que a ele caberia coordenar o pleito<sup>105</sup>. Segundo Emílio Maia, os membros eleitos para a junta governativa não eram “do agrado dos Brasileiros, mas na ocasião não manifestaram nenhum sinal de desgosto, porque não quiseram perturbar a boa marcha da revolução”. Em todo o caso, seu pai, “não querendo descontentar a nenhum dos partidos tomou a prudente e salutar medida de propor número igual de nascidos no Brasil como de Europeus” para compor a Junta<sup>106</sup>. Propriamente com esse episódio Emílio Maia findou seus estudos históricos.

102 – MAIA, Emílio Joaquim da Silva. Estudo décimo oitavo. *Arquivo do IHGB*, DL. 345.17, f. 16.

103 – *Ibid.*, p. 17-18.

104 – *ibid.*, p. 20.

105 – *Ibid.*, p. 25.

106 – *Ibid.*, p. 27.

Em outra reflexão, porém, o médico mostrou-se mais assertivo sobre o processo de Independência do Brasil, ao recorrer aos exemplos do passado para fundamentar seu projeto. Segundo propôs, em 1852, era preciso destruir “o mesquinho espírito de partido” e abandonar a prática do “fatal erro” de se criar “posições para acomodar afilhados” sem que fossem escolhidos “os homens para os lugares” devidos, pelo seu elevado grau de ilustração. Também “com fé na importância e superioridade das belas instituições, façamos com que elas se tornem uma realidade<sup>107</sup>”.

Recomendando ter “a história à mão”, suplicou o médico aos correigionários do IHGB, para que não se esquecessem “que os enganos em política se pagam severamente”, pois, colhendo os “exemplos de casa”, estes viram o “primeiro imperador do Brasil por lamentável desacerto perder a confiança posta nos Andradas, patriarcas da independência a cujos esforços [...] deve a monarquia brasileira”, levando “o povo a suspeitar de suas boas intenções”. Também não deveriam esquecer que o Império foi arrastado “quase à borda do precipício como esteve em 1831”, uma vez que todos ali conheciam as “muitas causas que prepararam o 7 d’Abril<sup>108</sup>”.

Crítico à Regência, Emílio Maia não deixou de se servir da história para seus próprios fins políticos. Contradiu na vida as imagens que criaram para ele na posteridade. Nisso também seguiu o destino do pai, sobrepujado pela memória e pela historiografia constituídas ao longo dos séculos XIX e XX.

Texto apresentado em março de 2022. Aprovado para publicação em junho de 2022.

---

107 – MAIA, Emílio Joaquim da Silva. *História da Revolução efetuada na Bahia no 10 de fevereiro de 1821*. 1852. Manuscrito. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Lata 26, doc.11, f. 23.

108 – *Idem*.

